AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533

Vol. 21, n. 1, 2016

REIFICAÇÃO, TAXA DECRESCENTE DO VALOR-DE-USO E EXPLORAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁEIS COMO ELEMENTOS DINAMIZADORES DO CIRCUITO CAPITALISTA

Ricardo Gonçalves Severo[1]

RESUMO
O artigo utiliza os conceitos de reificação, taxa decrescente de valor-de-uso e a super exploração do trabalho de catação de materiais recicláveis como elementos que possibilitam a dinamização da economia capitalista. Tais mecanismos permitem o reaproveitamento da matéria-prima descartada a um valor reduzido, o que ocorre através de sua reintegração no circuito produtivo pela utilização de uma força-de-trabalho pauperizada dos catadores de material reciclável. As considerações deste trabalho são resultado do levantamento de dados quantitativos sobre a catação no Brasil e entrevista com formulário semi-estruturado com quarenta e três catadores na cidade de Pelotas/RS. Os resultados da pesquisa são úteis à educação ambiental na medida em que chamam atenção à necessidade de considerar conjuntamente os processos de trabalho e reciclagem.
Palavras-chave: taxa decrescente de valor-de-uso, exploração, catadores de materiais recicláveis, reciclagem, reificação.

ABSTRACT
The article uses the concepts of reification, decreasing rate of use - value and the overexploitation of the pickers of recyclable materials as elements that enable the dynamic of the capitalist economy . These mechanisms allow the reuse of materials discarded at a reduced value, which occurs through its reintegration into the production cycle by using a pauperized force work of waste pickers . The considerations of this work are the result of survey of quantitative data on the scavenging of recyclables in Brazil and interviews with semi- structured form with forty-three collectors in the city of Pelotas / RS . The survey results are useful to environmental education in that call attention to the need to jointly consider the work processes and recycling.
Keywords: decreasing rate of value-of-use, exploitation, pickers of recyclable materials, recycling, reification.

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

PROCESSO DE REIFICAÇÃO

A reificação é a forma específica de como se dão as relações produtivas no atual modelo histórico. De acordo com Goldman (1979), existem leis que determinam as formas de agir em cada período histórico, próprias às relações sociais vigentes e que determinam, em especial, as formas de controle social, modificando-se as mesmas leis com a passagem para outro modo de produção. Sob o capitalismo sobressaem as relações econômicas, definidas pelo controle do capital para o exercício da dominação sobre o modelo societal.

Assim, cada momento histórico é regido por leis próprias, sem que haja uma determinação atemporal, ontológica, que determina como se darão as relações sociais em dado momento. Há, antes, uma "totalidade estruturada" de acordo com o modelo histórico em vigência, que determina quais arranjos estruturais definem como acontece a dominação. Resulta daí que o econômico tem mais significância no modelo analítico de Marx por ser o fator determinante no período histórico sob o capitalismo, ou seja, é uma "primazia de fato" em relação ao momento que se detém a análise. Isto se dá em razão da mediação com a natureza realizada através do trabalho executado para a satisfação de necessidades humanas, o que requer cálculo econômico, tanto individual quanto coletivo, pois a satisfação das necessidades humanas, para a imensa maioria da população, só é possível mediante o dispêndio de sua força-de-trabalho e, invariavelmente, de maneira executada de maneira alienada.

Trata-se aqui a alienação no sentido dado por Marx (2004), do trabalho como atividade que não satisfaz e*m si* as necessidades, mas como *meio* pelo qual os trabalhadores tiram seus sutentos de maneira *estranhada*, dado que não têm controle sobre o processo e relacionam-se somente com seu salário. O sociometabolismo se dá dentro da forma capitalista, no qual os produtores são apassivados. Sua atividade vital e social é privatizada, pois processualmente não lhe diz respeito nos moldes atuais.

> ...o trabalho, a *atividade vital,* a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species,* seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida* (MARX, 2004: p. 84).

Nesta perspectiva, o controle da produção é realizado de forma privada. Para que tal controle ocorra, internamente às leis do modelo atual, existem maneiras de reforçar a dominação no tocante às características das mercadorias, que são apresentadas aos consumidores e que são específicas do modo de produção vigente.

Marx (1983) comumente caracterizava como *fetiche da mercadoria* o fenômeno específico do processo produtivo e de resultado diretamente objetivo e relacionado ao processo de alienação da produção. As características dos bens utilizados pelos homens, enquanto valores de uso, são resultado dos atributos físicos destes e do trabalho agregado ao material para que possa tornar-se útil.

Tais características que possibilitam sua transformação em mercadoria, valor-de-troca, traço atribuído a esse bem pela formação social na qual é produzido e não imanente a este. É resultado de fatores próprios às formas de mediação necessárias para realização de seu consumo e produção. Isto se dá na medida em que o modo de produção exija que homens tenham que se submeter a trabalhar para outros, de determinada maneira, no sistema capitalista, sendo que a subordinação específica cria uma relação de alienação com o produto do trabalho, pois não é autodeterminado. Porém, o valor da mercadoria não se apresenta aos homens com as características de como são socialmente produzidos, mas como característica própria do produto, junto com os demais atributos físicos deste. Como isto ocorre?

De acordo com Marx, este processo ocorre através do processo de trabalho, em que se considera o tempo de produção para o cálculo de seu valor, sendo este um atributo geral das mercadorias. Cada produto determinada quantidade de tempo de trabalho para sua produção. Assim, há diferença quantitativa para a produção dos diversos trabalhos concretos, medidos pelo tempo necessário à sua produção, assim como em seu resultado, valores de uso diversos, mas há a unidade qualitativa de mensuração de seu valor para realização de troca, o tempo de trabalho vivo necessário em cada espécie e etapa de produção.

O que ocorre, de acordo com Marx, é que esta característica é tomada como própria dos produtos. A grandeza do valor ligada indiretamente às formas sociais que a propiciaram, como se o objeto definisse as relações, tornando-se uma relação entre objetos e constituindo esta característica em marca distintiva do período capitalista. Tendo sido feitas diversas operações individuais de produção, estas mercadorias só

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

podem se realizar mediante troca a se dar no mercado; então diversos trabalhos são dirigidos à produção de valores de uso para outras pessoas, valores de troca alienáveis. A relação direta do trabalhador com a produção se dá com a necessidade de trabalhar para garantir seus ganhos, na forma de salário ou variações formais, que não alteram o resultado de ser trabalho alienado e, fundalmentalmente, que gere mais-valor.

> …é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que realiza – sem equivalente para o operário, para seu **executante** [grifo meu] – em mais-valia, representada por um subproduto, ou seja, um incremento do excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho, para o capitalista. […] Só é produtivo, pois, o trabalho que se representa em mercadorias, mas, se considerarmos a mercadoria individual, o é aquela que, em uma parte alíquota desta, representa trabalho não pago...[...] ...trabalho que nada custa ao capitalista (MARX, 2004: p. 156).

Na outra ponta, como os consumidores só se relacionam diretamente com o resultado do trabalho, não com o processo de produção, interessando somente a aquisição do valor-de-uso em questão. Assim, percebem a relação diretamente com a mercadoria, sem vinculação com seus produtores. Produtores e consumidores só se comunicam indiretamente, através da mercadoria, no ciclo da circulação das mesmas, com seus símbolos monetários. Os produtores não pensam em produzir valores de uso para terceiros, mas em realizar sua atividade com o objetivo de receber seus salários. Da mesma forma, o consumidor pensa somente na aquisição de determinado produto.

> Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX,1983: p. 71).

Resulta que a forma mercadorias mascara as relações sociais e toma aparência de independência tanto aos produtores quanto aos consumidores, com o valor expresso monetariamente e não em relação com o trabalho necessário à sua produção. Nesta lógica, o capital torna-se agente independente, não revelando as relações que o produzem. Assim, o traço fundamental do capital é a sua *coisificação*, sua apreensão enquanto ente autônomo, como se existisse independente das relações que lhe conferem esta aparência.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n. 1, p. 252-270, 2016

Georg Lukács (2003) compreende por reificação o movimento de introjeção, subjetivação das relações sociais capitalistas em aspecto amplo, ligando o conceito, portanto, ao fetiche da mercadoria. As relações sociais tomam o caráter de uma *coisa*, transformam-se em uma "objetividade fantasmagórica" que escamoteia a forma como se cria o valor dentro do modelo societal presente e ocultando, nas palavras do autor, "a relação entre os homens" (LUKÁCS, 2003, p.194).

Assim, na medida em que a forma mercadoria se generaliza ao conjunto da sociedade, tomando forma quantitativa significante e dominante do modo de produção, modifica qualitativamente as relações sociais, se tornando traço metabólico característico da sociedade, sem a qual não é mais possível viver sem que se passe pela mediação mercantil.

Nesta forma, a própria força-de-trabalho vem a transformar-se em mercadoria, passando o homem a viver uma mediação de segunda natureza, não produzindo mais com o objetivo direto da fruição dos valores de uso produzidos por ele, mas como atividade meio de satisfazer necessidades, e não fim, subordinado ao agente privado detentor do capital. Esta mediação modifica como os homens se relacionam com os valores-de-uso, tomando uma forma misteriosa para estes, na medida em que não mais se identifica com o produzido como obra sua. Estas mercadorias são tidas como relações dissociadas de seus produtores, conduzidas ou determinadas pelo mercado, ente abstrato que foge às relações determinadas dentro do sistema do capital na compreensão dos produtores.

O mecanismo para que isto ocorra, de acordo com Lukács, é o modo como os sujeitos se relacionam com sua força-de-trabalho, sua atividade útil, como algo que só se ativa em razão da forma como é empregada, presa a uma formação social específica e que só lhe interessa em razão de sua forma de salário, e não com o que se produz.

Tal forma de trabalho, socialmente determinada, é naturalizada, ignorando a transformação do trabalho produtivo, originalmente aquele de intercâmbio orgânico com a natureza, ou mediação de primeira ordem, no qual o homem modifica o ambiente para criar valor-de-uso, como objetivo final.

Na passagem para o sistema capitalista, passa à forma de mediação de segunda ordem, pois modifica o ambiente e cria valor-de-uso para realização de valor-de-troca, sendo o dispêndio de força-de-trabalho, agora, meio para satisfação de necessidades

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

através da subordinação do trabalhador ao capital, não sendo necessário somente produzir, mas produzir *quantum* muito maior para apropriação de seu empregador, pois "...o trabalhador produz não para si, mas para o capital (LESSA, 2005: 57)". A atividade que era fim, trabalho auto-determinado, se torna atividade meio e subordinada ao capital (ANTUNES, 2003).

Na explicação da categoria trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, Foster (2005) retoma a compreensão de Marx de maneira a abarcar elementos ecológicos à sua análise. Segundo este autor, a dissolução da relação orgânica com a natureza de primeira ordem, se dá originalmente com a expulsão dos trabalhadores rurais do campo (daí o orgânico). Iniciado este processo com os cercamentos, o que compreende um dos aspectos da acumulação primitiva através da expropriação do solo de uso comunal, o que vem a dar origem à expulsão dos trabalhadores do campo, obrigando-os a tornarem-se proletários, ou despossuídos. O resultado desta situação foi não só o início da exploração capitalista da terra, mas também o desenvolvimento acentuado das manufaturas e da indústria.

Como o modo de produção é realizado com a mediação de segunda ordem, no qual só se cria valor-de-uso para a criação de valor-de-troca, e logo a mais-valia, o sociometabolismo com a natureza tem forma estranhada (alienada), pois produz para que se lucre e degrada o ambiente, através deste sistema que tem como objetivo a reprodução do capital e não a reprodução social.

Não sendo auto-determinada a mediação, pois não é controlada pelos produtores e nem definida socialmente, segue que o sistema produtivo gera mercadorias que, no sistema atual, são produzidas sem que tenham como finalidade principal, ou apriorística, a satisfação societal abarcando o processo produtivo, pois tem como objetivo central a realização do valor-de-troca, para que haja criação de mais valia, transformada em lucro, e entregue à fruição individual do capital por meio da propriedade privada.

O trabalho é visto como realidade objetiva, alheia ao controle de seu produtor direto. As relações de produção não são dirigidas pelos executores, colocando-se como determinação exterior e realidade autônoma.

> Objetivamente, quando surge um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes

> intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos (LUKACS, 2003: 199).

Tal situação de subordinação ao capital é generalizável ao conjunto do corpo social de trabalhadores na medida em que eles são o suporte do modelo mercantil de produção, sendo forma dominante de sobrevivência econômica, tanto para os que se encontram em atividade, quanto para aqueles que necessitam trabalhar, mas se encontram desempregados ou sub-empregados. Obrigam-se a confrontar-se no "mercado de trabalho" *contra outros* em mesma situação, em busca de emprego que possibilitem seu sustento.

Essa disputa, resultado da transformação de sua atividade em mercadoria, cria uma individualização e disputa, um sentimento de solidão e atomização, no que se refere às formas de ligação ao trabalho, ou o acesso a este, e que são comuns ao conjunto dos trabalhadores. Elas aparecem inicialmente como processo natural e permanente que deve ser enfrentado para viver. Tal realidade leva à dissociação sistêmica de modos de vida solidários ao conjunto do corpo dos trabalhadores. De acordo com Lukács:

> Em seu destino, é típico da estrutura de toda a sociedade que essa auto-objetivação, esse tornar-se mercadoria de uma função do homem revelem com vigor extremo o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil (LUKÁCS,2003: 209).

Com a transformação generalizada dos valores de uso como suporte de valor-de-troca, as características singulares são destituídas de sua originalidade. A percepção dos valores se dá somente na forma mercadoria, quando da passagem da sociedade das trocas meramente ocasionais para a mercantil, como modelo produtivo generalizável, forma de intermediação de segunda ordem com a natureza, característica do sistema capitalista. Estes elementos se tornam reais, tidos como objetivos e naturais, pois são validados por instituições que atuam diretamente sobre a vida das pessoas ou por parte destas.

Sendo a única formação social que reconhecem, a forma mercantil se interioriza no subjetivo das pessoas, fazendo com que elas percebam a realidade de forma a ligar diretamente esta relação determinada como a forma natural, própria dos produtos, do relacionamento, das formas como se realizam o consumo e a produção. Estas formas sociais de interação se estruturam no conjunto dos elementos normativos da sociedade,

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

penetrando no direito e no Estado, por exemplo, o que vem a reforçar os instrumentos psíquicos da reificação.

Tal instrumental de regulação societal serve como reforço para manutenção das condições necessárias à reprodução dos modelos de desenvolvimento capitalista, estruturando as relações em determinados patamares de subordinação da força-de-trabalho a normas que mantém a separação dos produtores e do produzido em base, principalmente, da propriedade privada. Isto ocorre através de instrumental jurídico e estatal, desdobramento necessário da crescente racionalização da produção, servindo como forma de calcular o conjunto do sistema através de regramento de condutas generalizáveis ao conjunto do corpo social em dispositivos coercitivos, diretos e indiretos.

Nota-se, porém, que o modo capitalista constantemente revoluciona as formas de produção para manter o próprio sistema funcionando. Daí resulta a total discrepância, em grande número de vezes, do instrumental jurídico com a realidade que tenta regrar, não correspondendo com os movimentos reais das relações sociais.

Assim, estas contradições se resolvem através das modificações internas ao sistema jurídico em observância às novas determinações econômicas, acontecendo isto na forma de choque de forças interessadas em rumos específicos de tais modificações, de acordo com a conjuntura. Muitas vezes esta contradição vem a se resolver por omissão dos estatutos até novo rearranjo, tomando o aspecto de *informal* das relações de trabalho no caso brasileiro como forma de burlar as leis de proteção da força-de-trabalho, as quais são criadas em determinadas conjunturas de acordo com o patamar da luta de classes.

Atualmente tais mudanças são resultado no novo arranjo produtivo, baseado no toyotismo, na produção e acumulação flexíveis, e que vêm a se implementar em consonância, mas não de forma harmoniosa, com a retirada de direitos trabalhistas e a redução do atendimento na forma de rendimentos indiretos. (ANTUNES, 2005). Há aprofundamento, na conjuntura atual, da precarização da classe trabalhadora, que em razão dos novos arranjos produtivos é constituída por uma *morfologia* diversificada, de acordo com Antunes (2007), que é caracterizada, principalmente, por um "movimento pendular".

> ...por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérida do

> capitalismo, na gênese da revolução industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar completamente o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e empliá-lo em outras...[...]. No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global […] (ANTUNES, 2007: pg. 13).

Tal estrato precarizado, que sempre foi presente no país, e que era compreendido com restrito à camada não especializada da força de trabalho e via de regra não utilizada (diretamente) na economia formalizada, ampliou-se na atual conjuntura. Pode passar a constituir a norma de utilização da força de trabalho, constituindo o que denomina-se atualmente como *precariado*, composto por "jovens, desempregados ou parcialmente empregados, sem proteção (trabalhista) e geralmente bem educados (DELLA PORTA, 2015: POS. 357).[2]" Tal análise trata do cenário em países de capitalismo desenvolvido, que em momento de crise conjuntural não incorpora parte significativa dos jovens no mercado de trabalho que, até pouco tempo, garantia-lhes proteção e segurança em relaão ao futuro. O *precariado* é também caracterizados como aquela parcela (significativa) da classe que passa:

> … por uma série de inseguranças no mercado de trabalho, no emprego (como regulação nas contratações e demissões que dão pouca proteção aos trabalhadores), no trabalho (com débeis provisões em caso de acidentes ou doenças), no pagamento (com baixíssimos salários), todas estas condições tendo efeitos em termos de acumulação de raiva, anomia, ansiedade e alienação (STANDING apud DELLA PORTA, 2015: POS.361).[3]

Parte-se do pressuposto que no país tal parcela da força-de-trabalho diz respeito às características orgânicas do capitalismo dependente, crescendo para faixas etárias e de educação descritas pela autora em momentos de crise internacional. Neste cenário de crescente precarização o fundamental para perpetuação da reificação é a generalização e manutenção da forma mercantil em todos os aspectos da vida. Tomando forma natural, penetra no direito, na administração, como momento necessariamente anterior à fruição e como realidade independente dos sujeitos que as tornam possíveis.

---

2 Tradução do autor.
3 Tradução do autor.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

> A metamorfose da relação mercantil numa forma dotada de uma "objetivação fantasmática" não pode, portanto, limitar-se à transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela imprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e as faculdades dessa consciência não se ligam mais somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como "coisas" que o homem pode "possuir" ou "vender", assim como diversos objetos do mundo exterior. E não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas "propriedades" físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação (LUKÁCS, 2003: 222-223).

Um momento determinando o outro, a objetividade da relação com a mercadoria, com a subjetivação desta relação, a reificação, servem assim, para Goldman, como analogia à Marx acerca da infra-estrutura e super-estrutura, como momentos interdependentes que se reforçam.

De acordo com isto, o processo de reificação vem a desenvolver a consciência enquanto mero reflexo das formas tomadas pela produção dentro do sistema capitalista. Isto se dá em razão da tomada do modelo mercantil da totalidade das expressões de experiências direcionadas à fruição, havendo a possibilidade de sua transformação positiva somente através da consciência ativa, capaz de apreender estes esquemas não percebidos. Sendo específico do modo de produção capitalista, a consciência passiva, forma que domina a maneira como são compreendidas as relações sociais no período atual, ocorre em razão do processo de reificação que contamina todos os setores não especificamente econômicos da vida através de sua transformação em mercadorias.

Neste modelo de organização os produtores e consumidores são abstraídos em razão da distância entre si, sendo as mercadorias a corporificação das relações que as produziram, ultrapassando diferenças culturais e sociais, fazendo-se presente enquanto ente imediatamente perceptível e independente de quem as fez. Estas mercadorias realizam o seu ciclo através da busca do lucro pelos capitais individuais, substituindo entidades reguladoras das necessidades pelo mercado.

Também, só vêm a se tornar novamente valor-de-uso na esfera privada, quando passar por todo circuito do mercado antes de chegar a tal estágio. O resultado deste processo, segundo Goldman, é que o momento do uso, da satisfação do consumo, se dá no mundo privado, familiar, o qual é identificado com solidariedade em que se satisfazem as necessidades sem haver a intermediação de segunda ordem; e o momento

coletivo, relacional amplo das relações sociais, o intercâmbio, no qual se realiza a troca, é identificado com a desumanização, egoísmo, mera relação mercantil quantitativa.

Tem de colocar-se enquanto mercadoria, vender sua força-de-trabalho disputando no mercado de trabalho com outras pessoas em semelhante situação. Sendo assim, as relações não diretamente familiares, fora da vida privada, são tidas como antagônicas à solidariedade, contrapondo-se o valor-de-uso ao valor-de-troca e não importando imediatamente a satisfação das necessidades fora do campo meramente individual, solitário ou familiar.

Como a satisfação das necessidades é realizada individualmente, os modos de produção que visam à conservação ambiental e com características sistemicamente qualitativas, mas não econômicas, no sentido de corte de custos, tende a ser desconsiderado. A observância dos processos qualitativos da produção, como a observância dos elementos ambientais e da qualidade de vida dos trabalhores, são considerados somente caso sejam rentáveis e, portanto, precificáveis.

Tais mecanismos produtivos do sistema capitalista vêm a fortalecer a ideologia liberal baseada na concorrência imanente das relações humanas e a busca da satisfação das necessidades de forma individualista do atual modelo de produção. Conforme Goldman:

> Ora, isto não é um fato isolado; é, pelo contrário, o fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário empregado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses bens; a reificação que conseqüentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo (GOLDMAN,1979: 122).

TAXA DECRESCENTE DO VALOR-DE-USO E PAUPERIZAÇÃO DO TRABALHO

No que concerne ao aumento da utilização da reciclagem, acredita-se que um componente fundamental para a compreensão de tal situação está diretamente ligado às formas de produção atuais, caracterizadas pelo aumento do desperdício e diminuição da durabilidade das mercadorias, como fórmulas para o aumento da lucratividade e está expresso na taxa decrescente do valor-de-uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2002).

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

A taxa de utilização decrescente é percebida em três setores do consumo, de acordo com Meszáros. O primeiro se refere aos bens e serviços, que tem seu círculo de consumo aumentado quando são oferecidas novas mercadorias às camadas populares, transformado em consumo de massa. Estes bens apresentam baixa qualidade em razão da produção basear-se na constante necessidade de novo ciclo de consumo com vias ao aumento do lucro, movimentos próprios da lógica de acumulação.

> Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. Ou seja, em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser diminuída de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor-de-troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico (MESZÁROS, 2002: 661).

O segundo elemento diz respeito à maquinaria e as instalações para produção e consumo e relaciona-se diretamente com o primeiro elemento. Expandido o consumo, dirigindo-se este às massas, o capital atinge novos patamares de expansão que se dá com a redução do tempo de vida útil do maquinário e instalações. Este mecanismo é denominado "obsolência planejada", e ocorre pelo emprego de tecnologias que têm o intuito diretamente ligado ao lucro e não necessariamente ao aumento ou melhoria das condições de produção, assim como à preservação ambiental.

Tal obsolência se dá, por exemplo, através dos programas de qualidade total (ANTUNES, 2003), montados para ditar parâmetros artificiais que definem como se dará a substituição do maquinário. Este se refere tanto aos produtos destinados ao consumo privado, como os computadores pessoais, quanto ao maquinário produtivo. Estes últimos, tendo sua durabilidade reduzida, necessitam repor o seu valor mais rapidamente. Tais práticas elevam os níveis do desperdício através de sua subutilização.

O terceiro elemento se refere à força-de-trabalho, a maneira como esta é utilizada dentro do modelo de produção atual e o elemento contraditório que carrega, pois é descartada ou sub-utilizada, e são os sujeitos ligados ao consumo os necessários à perpetuação do sistema. Desta forma, o capital individual procura reduzir custos, mas,

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n. 1, p. 252-270, 2016

ao mesmo tempo, a aumentar o círculo de consumo. Assim, se faz necessário buscar outras formas de aumentar os ganhos, além do número de produtos a vender, também reduzindo o custo de produção, diminuindo salários, por exemplo.

Estando, pois, a taxa de utilização decrescente do valor-de-uso das mercadorias intimamente ligada à necessidade de aumentar a velocidade do ciclo de consumo, torna a produção mais agressiva ao ambiente, devido à utilização das novas tecnologias que não observam fatores qualitativos, num sentido sustentável. Considera-se aqui, necessariamente, a degradação das relações de trabalho como resultado desta dinamização num sentido de redução de custos, resultando no que compreende-se como *precariado*.

Neste sentido a produção é identificada com o crescimento, sendo compreendido útil todo bem vendável, e considerado o processo, via de regra, quando pode intrumentalizar o valor, no que compreende-se hoje como *mercado verde*. Neste sentido, o que identifica as necessidades, de maneira a satisfazer o que é biologicamente e socialmente necessário, é ultrapassado pela lógica de criação de necessidades baseada na óptica do aumento do lucro privado e não dos ganhos sociais.

Com tais características, a procura do equilíbrio entre produção e consumo, de acordo com Meszáros, é extremamente problemática em uma sociedade que tende a produzir cada vez mais mercadorias descartáveis. O equilíbrio toma a forma, então, do consumo perdulário, diminuindo o tempo de vida útil das mercadorias de modo artificial. Esta taxa de utilização decrescente não se refere a uma característica ontológica da produção, mas ligada à formação social na qual são produzidos os bens.

Como é direcionada ao consumo enquanto meio de obtenção de lucro, não é diretamente preocupada na preservação de recursos necessários ao consumo contínuo, reutilizável, se esta preocupação não é referida ao ganho individual. Tais avanços trazem consigo modificações qualitativas que se referem diretamente à taxa de utilização decrescente, pois sendo as possibilidades tecnológicas à produção cada vez mais ilimitadas, o consumo de luxo tende a ser relativizado em inúmeros setores, pela possibilidade aberta do aumento da produtividade, pois abre tempo socialmente disponível para novos ramos produtivos, explora novas necessidades geradas pelo desenvolvimento social.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

Para esta análise, considera-se o ciclo produtivo das mercadorias de consumo imediato, como produtos para alimentação, higiene, etc. Estes apresentam significativa taxa de utilização decrescente de seus valores de uso através da adoção de práticas produtivas que tem aumentado, por exemplo, a quantidade de embalagens descartáveis utilizadas, seja através da redução da unidade das mesmas (latinhas de alumínio cada vez menores, tamanho *baby*) ou pela substituição de embalagens antes retornáveis.

Sendo assim, segue a mesma lógica de necessidade de aceleração do ciclo de consumo, empregando para tal uma forma destrutiva de produção, a qual se verifica no aumento do lixo produzido diariamente. Desta forma, no exemplo dado, também é reduzido o valor-de-uso efetivamente consumido do produto em relação ao seu valor total, que toma parte deste como valor agregado, como exemplo das embalagens menores. Estas se tornam resíduo ao consumidor final, mas contabilizada ao ser produzida a mercadoria em questão e paga por este, ou seja, tendo realizado seu valor-de-troca, o que, de fato, é o que importa nas operações capitalistas.

Esta é, portanto, a variante da taxa decrescente de utilização do valor-de-uso das mercadorias de consumo imediato. O que é efetivamente consumido do produto é, em muitos casos, a menor parte constituinte do valor da mercadoria produzida, sendo o restante do valor não consumido de forma útil, e logo, descartado, causando impactos negativos crescentes ao ambiente, importando ao capital somente o fato de a mercadoria ter sido paga pelo consumidor.

O resultado deste processo é um círculo vicioso, no qual cada vez mais deve ser produzido, para manter as taxas de lucro e com mais desperdício. Daí acredita-se que surja o crescimento da utilização da reciclagem como uma forma alternativa e ecológica de produção por economia de recursos, mas inteiramente concatenada com a produção capitalista destrutiva por auxiliar a lógica sistêmica. O que ocorre, portanto, é que com o aumento da demanda industrial para produção destas mercadorias, uma quantia cada vez maior de materiais que se tornariam rejeito são reinseridos no ciclo produtivo através da reciclagem.

Esta prática se vista de forma isolada é positiva. No entanto, há de se considerar o processo de trabalho para verificar que está inserida na lógica destrutiva do capital que dilapida, além do ambiente, a força-de-trabalho, no caso, a dos catadores, sujeitos analisados nesta pesquisa e que auxiliam na compreensão de que "...humanidade e natureza [estão] inter-relacionados e que a forma historicamente específica das relações

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n. 1, p. 252-270, 2016

de produção [constitui]o âmago dessa inter-relação em qualquer dado período (FOSTER, 1999: pg. 165)."

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, catadores são aqueles trabalhadores que atuam na coleta seletiva de materiais recicláveis, considerando qualquer estágio do processo de trabalho, que envolve a triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis. Reconhece ainda que a maior parte destes trabalhadores age em situações de precariedade, exercendo a catação em lixões, na rua ou em galpões de reciclagem[4]. Como norma, pode-se compreender a situação desta categoria da seguinte forma:

> Historicamente esta atividade é realizada a partir de relações informais, ou seja, sem registro oficial. Além de não permitir aos catadores acesso a uma série de direitos trabalhistas, o alto nível de informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisa (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013: pg. 6).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) estima um contingente de trabalhadores na catação no país entre 400 mil a 600 mil, a maioria absoluta nas condições descritas acima. Há predominância de homens trabalhando na atividade e a idade predominante é de 30 a 49 anos (IBGE apud IPEA, 2013: pg. 47-48).

Na cidade de Pelotas/RS, o número estimado de catadores até o ano de 2000 era de aproximadamente 500 pessoas, de acordo com censo realizado pela união pelotense de catadores e charreteiros (SILVA, 2006). Tais trabalhadores vivem, via de regra, nas regiões periféricas da cidade. Vivem em sua grande maioria em casas feitas de material improvisado e de baixa qualidade e apresentam problemas articulares e também psicológicos (desordens psiquiátricas menores) em decorrência da atividade que executam (SILVA, 2006:114;121-122).

Entrevistas realizadas com 43 catadores (SEVERO, 2008) em pontos de fluxo e de venda dos materiais buscou analisar a situação de trabalho vivenciadas e perfil da categoria. Dos entrevistados, 35 eram homens e 8 mulheres. A maioria (24 entrevistados) tinham idade entre 40 e 60 anos e a escolaridade predominante é fundamental incompleto (32 entrevistados). A renda destes trabalhadores varia entre um a até dois salários mínimos, de acordo com os locais e horários de coleta, sendo regra

[4] Informações disponíveis em http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN - 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n.1, p. 252-270, 2016

extensas jornadas de trabalho. A maioria da catação ocorre com emprego de carrinho (de tração humana) e é realizado nas ruas, ou seja, não são trabalhadores vinculados a galpões de reciclagem, sendo um trabalho autônomo em sua maioria absoluta. Realizam a coleta, triagem e venda dos materiais às empresas locais de "reciclagem".

Os materiais reinseridos no ciclo produtivo pelo processo de catação tem um valor depreciado em razão da baixa remuneração destes trabalhadores e é adquirido pelo atravessador[5] a um preço inferior ao valor da matéria-prima não descartada. Neste processo, a reciclagem é elemento que possibilita o aumento dos ganhos capitalistas ao utilizar mão-de-obra extremamente precarizada no ciclo produtivo.

É nesta medida que se acredita que o processo de reciclagem segue a lógica de redução de custos através da utilização de força-de-trabalho precarizada e informal, lhe fornecendo matéria-prima para novo processo produtivo, qualitativamente diferenciado da matéria-prima advinda do primeiro ciclo de produção, ou não reciclada, o que se verifica na economia de energia para rebeneficiamento da mesma[6], pois resultado de trabalho anterior. Tais materiais recicláveis têm de necessariamente ser mais baratos do que a matéria virgem para ser rentável, além de conter para a recuperação destes valores do lixo uma mão de obra extremamente barata. Elemento que auxilia na redução do valor do trabalho é a forma como é realizado. Como grande parte dos catadores é autônoma, colocam-se uns contra os outros no processo de trabalho, pois tem de competir pelo material a coletar e, consequentemente, dificulta o processo de organização enquanto categoria para melhoria de suas condições de trabalho.

É no destino final ou ambiente modificado, em que é realizado o trabalho dos catadores, recuperando valores-de-uso, mercadorias já realizadas, as quais só podem ser reinseridas no ciclo produtivo por novo dispêndio de força-de-trabalho, pela catação, atividade que está subsumida formalmente[7] ao capital pela forma como se executa e é remunerada, a qual não advém de forma precedente de trabalho, mas como resultado do metabolismo entre sociedade e natureza (FOSTER, 2005) alienado (estranhado) e que possibilita a exploração de força-de-trabalho dos catadores através da depreciação do

[5] Proprietário de galpão de reciclagem, que revende material para grandes empresas. Tais galpões usualmente se apresentam como cooperativas. No caso da pesquisa, tal designação demonstrou-se incorreta, pois tais sujeitos são, de fato, donos do empreendimento, sendo nomeadas popularmente como *coopergatos*.

[6] Segundo Sabetai Calderoni (2003) a economia de energia para beneficiamento de matéria-prima advinda da coleta realizada por catadores é de 95% para o alumínio, 78,7% para o plástico, 71% para o papel, 74% para o aço e 13% para o vidro.

[7] Meios de trabalho próprios e auto-assalariamento (MARX, 1983).

seu preço de trabalho, meio de reduzir os custos da reciclagem. Toda redução dos valores ofertados pelas mercadorias recicláveis são, geralmente, repassados aos catadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou problematizar o tratamento usual dado à reciclagem. Compreendida de maneira isolada, desconectada de seu processo produtivo, aparece ao espectador como elemento positivo ao reintegrar produtos não utilizados no ciclo produtivo. No entanto, considerando os mecanismos de redução do valor-de-uso em termos de tempo, seja pela obsolência programada ou pelo aumento de material desnecessário para o consumo de um valor-de-uso em específico, assim como no processo de exploração dos catadores, percebe-se como este processo é integrado ao sistema produtivo como um todo, pois como regra, para realizer-se, requer emprego de força-de-trabalho altamente explorada.

Tais mecanismos são uma necessidade do capital de reintegrar parte significativa de matérias-primas na forma de redução de custos e como forma de dinamizar o processo produtivo como um todo. A catação de materiais recicláveis, assim, não é um dado que deva ser considerado, no modelo atual de produção, como um índice positivo por possibilitar uma "otimização" da produção, mas como um indicativo do nível de exploração da força-de-trabalho ao considerarmos a forma como é executado. Propõe-se, assim, que ao tratar desta temática no âmbito da educação ambiental, apresente-se os processos de produção e exploração destes agentes como elementos fundamentais à compreensão da lógica do sistema vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. IN: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (org.) A Perda da Razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Humanitas, 2003.

DELLA PORTA, Donatella. Social **movements in Times of Austerity**: bringing capitalism back into protest analysis. Polity Press, EUA: 2015 [ebook].

FOSTER, John Bellamy. Marx e o ambiente. IN: WOOD, Ellen M. E FOSTER, Johm Bellamy. **Em Defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

_____. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IPEA. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2011.

_____.**Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

LESSA, Sérgio. **Para Além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Ed. Xamã, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, v. I.t.I e II.São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas**: situações de trabalho. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 21, n. 1, p. 252-270, 2016

SILVA, Marcelo Cozzensa da. **Trabalho e Saúde dos catadores de materiais recicláveis em uma cidade do sul do Brasil**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pelotas: 2006.